

Capítulo 5

BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS

Capítulo 5 - Balanço e Contas de Resultados

1. Sumário

As demonstrações financeiras do Banco de Cabo Verde (BCV) foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV), estando as suas bases contempladas no actual PCBCV, assentes nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

No quadro seguinte apresenta-se, de forma sintética, a variação de saldos no ano de 2009, das principais rubricas do balanço do BCV.

Quadro 52 - Balanço

	em milhares de escudos	
	Activo	Passivo
Total do Activo/Passivo em 2008	41.420.720,00	41.420.720,00
Aumentos(+)/diminuições(-)	-60.784,80	-60.784,59
Reservas cambiais	226.153,04	
Activos de reserva- disponibilidades	1.152.121,78	
Activos de reserva- aplicações	-1.678.197,34	
Activos de reserva- titulos para negociação	-316.545,00	
Direitos Especiais de Saque - FMI	972.175,94	
Activos sobre Org. Internacioanis	96.597,67	
Credito Interno	250.184,42	
Financiamento às IF's rel. c/ op. de politica monetária	248.613,39	
Titulos em carteira- act. finan emitidos por residentes	-574.048,67	
Outros activos	36.926,41	
Notas e moedas em circulação		-760.744,34
Responsabilidades para com o Exterior		1.309.900,53
Resp. c/ exterior ME		912.810,60
Resp. c/ exterior ME		397.089,93
Responsabilidades para com Residentes		-1.098.654,65
Resp. IF's		-2.605.766,92
Operações de política monetária		-3.986.061,34
Estado		1.507.112,28
Outros passivos		403.756,74
Capital e reservas		-604.580,73
Resultado do exercicio		446.215,69
Resultado transitado		243.322,18
Total do activo/Passivo em 2009	41.359.935,20	41.359.935,41

Fonte: BCV

Como se pode verificar das variações apresentadas para o exercício de 2009, de uma forma geral, do lado do activo realça-se o aumento das reservas cambiais e o decréscimo acentuado do saldo da sub rubrica “activos financeiros emitidos por residentes, enquanto do lado do passivo, destaca-se a diminuição significativa do saldo das “responsabilidades para com residentes” contrabalançada pelo acréscimo significativo do saldo das “responsabilidades com o exterior”.

Uma análise mais discriminada permite constatar as seguintes alterações :

Em 31 de Dezembro de 2009, o Activo Líquido do BCV ascende a 41.359.935 milhares de escudos e acusa um decréscimo de 0,15% face ao período homólogo reflectindo, basicamente os efeitos da alteração de estimativas do justo valor de activos financeiros emitidos por residentes e detidos pelo BCV, apesar do aumento de 0,73% registado nas reservas cambiais que representam cerca de 76% da estrutura.

No valor de 8.508.093 milhares de escudos, os activos financeiros emitidos por residentes acusam um decréscimo de 6,32% face a 2008, o qual se deve à reavaliação da carteira efectuada com base nos *Cash Flow* descontados à taxa de *Swaps curve* para os títulos de participação representativos da componente de rendimento do *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund* e à taxa de remuneração das emissões do Tesouro de médio/longo prazo.

Por seu turno, as reservas cambiais ascendem a 31.384.580 milhares de escudos e retratam o aumento dos Direitos de Saque Especiais junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), no quadro das medidas levadas a cabo por esta instituição para potenciar o nível de reservas dos bancos centrais de países membros e aumentar a liquidez no sistema financeiro. Reflectem ainda, os desembolsos externos para ajuda orçamental e desenvolvimento de projectos de investimento, pese embora a cedência de divisas às Instituições de Crédito, os pagamentos correntes ao exterior.

Repercutindo, em grande medida, as alterações acima referidas, as “Responsabilidades para com residentes”, no valor de 24.998.655 milhares de escudos, decrescem na ordem de 4,21%, reflectindo a queda de 11,56% das “Responsabilidades para com Instituições Financeiras” que representam 79,71% do agregado, já que as “Responsabilidades para com o Sector Público” evidenciam um aumento de 42,28%, associado aos influxos de recursos externos, às receitas arrecadadas de impostos e da emissão de títulos de dívida pública, não obstante os pagamentos correntes efectuados e o reembolso/resgate de títulos de dívida pública interna.

As responsabilidades para com as Instituições Financeiras atingem 19.926.782 milhares de escudos e traduzem os depósitos das Instituições de Crédito, decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de Política Monetária, no quadro das operações de redução da liquidez excedentária no sistema. Na operacionalização da política monetária, o BCV vem utilizando os instrumentos ao seu dispor. É assim que em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades para com facilidades de absorção de liquidez atingem 3.100.000 milhares de escudos, enquanto as relativas aos Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária ascendem a 348.742 e 2.595.102 milhares de escudos, respectivamente.

Ainda do lado do passivo de realçar, o decréscimo de 7,4% das “Notas e moedas em circulação” em resultado da maior bancarização da economia, da massificação do uso de meios electrónicos de pagamentos e da retirada de circulação de notas cuja

responsabilidade do BCV perante os detentores permanece até à prescrição do prazo estipulado na sua Lei Orgânica, e o aumento de 60,6% das “Responsabilidades para com o exterior”, associado ao aumento da alocação atributiva do FMI.

Os Capitais Próprios atingem 329.289 milhares de escudos, que comparados aos 244.331 milhares de escudos de 2008, reflectem a evolução do resultado de exercício de 2009. Este, no valor de 417.050 milhares de escudos, acusa um aumento significativo, o qual se deve à reavaliação favorável dos investimentos de carteira associada à normalização do mercado financeiro internacional após a crise sistémica mundial, às mais-valias apuradas na venda de títulos emitidos por não residentes e ao resultado de efectivação de operações cambiais.

O resultado não realizado cifra-se nos 423.169 milhares de escudos positivos contra os 532.861 milhares de escudos negativos de 2008 e repercute o resultado não realizado em operações financeiras de 437.755 milhares de escudos positivos, que decorre da melhoria do mercado obrigacionista.

Por seu turno, o resultado realizado ascende a 6.119 milhares de escudos negativos contra os 503.695 milhares de escudos positivos de 2008, repercutindo a queda significativa da margem financeira (cerca de 71,1%) derivada das descidas acentuadas de taxas de juro internacionais e o agravamento dos custos com pessoal. Estes acusam um incremento de 10,5% e reflectem o impacto da política de progressão e promoção na carreira, do reforço do quadro de pessoal e da actualização salarial à taxa superior à de 2008. No período, o BCV suportou custos com a bonificação de taxas de juro do crédito aos funcionários, de 17.067 milhares de escudos.

2. Demonstrações Financeiras

Quadro 53 - Activo

em milhares de escudos					
Activo	Notas	31-12-2009			Activo líquido 31-12-2008
		Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo Líquido	
Reservas Cambiais		31.520.677,93	136.097,51	31.384.580,42	31.158.427,17
Disponibilidades e outras aplicações	3	18.790.510,63		18.790.510,63	19.316.586,20
Crédito a não residentes	4	136.097,51	136.097,51		
Títulos estrangeiros	5	10.458.834,95		10.458.834,95	10.775.379,74
Activos financeiros detidos para negociação		10.458.834,95		10.458.834,95	10.775.379,74
Activos sobre Organismos Internacionais	6	2.135.234,84		2.135.234,84	1.066.461,23
Activos sobre Organismos Internacionais ME		1.057.923,47		1.057.923,47	84.406,04
Activos sobre Organismos Internacionais MN		1.077.312,37		1.077.312,37	982.055,20
Outros activos sobre o exterior					
Crédito Interno		1.369.799,60	559.532,42	810.267,17	560.082,75
Crédito a IFs	7	250.080,41		250.080,41	1.467,02
Crédito ao Estado	8	98.540,83		98.540,83	98.540,83
Crédito a outras entidades	9	1.021.178,35	559.532,42	461.645,93	460.074,90
Activos Financeiros Emitidos por Residentes	10	8.508.093,03		8.508.093,03	9.082.141,70
Activos financeiros disponíveis para venda		8.508.093,03		8.508.093,03	9.082.141,70
Investimentos em Associadas	11	138.837,80		138.837,80	114.284,30
Medalhística/Numismática	12	110.911,08		110.911,08	107.971,25
Activos Fixos Tangíveis	13	727.270,62	476.578,42	250.692,20	263.708,56
Activos Intangíveis	13	61.949,64	42.533,54	19.416,11	17.131,14
Contas de Regularização Activas	14	137.137,29		137.137,29	116.972,80
Proveitos a receber		3.611,54		3.611,54	5.284,11
Despesas com custos diferidos		3.819,92		3.819,92	2.899,08
Outras contas de regularização activa		129.705,82		129.705,82	108.789,61
Total Activo		42.574.676,98	1.214.741,89	41.359.935,08	41.420.719,67

Fonte: BCV

Quadro 54 - Passivo

		em milhares de escudos	
Passivo	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Passivo		41.030.646,42	41.176.388,15
Notas e Moedas em Circulação	15	9.531.472,44	10.292.216,79
Responsabilidades para com o Exterior	16	3.471.372,47	2.161.471,94
Responsabilidade para com o exterior ME		1.954.266,01	1.041.455,41
Responsabilidade para com o exterior MN		1.517.106,46	1.120.016,53
Responsabilidade para com residentes		24.998.654,52	26.097.309,17
Responsabilidade para com residentes ME		478.707,42	755.072,60
Responsabilidade para com Inst. Financeiras	17	1.160,41	26.239,08
Responsabilidade para com o Estado	18	477.547,01	728.833,52
Responsabilidade para com residentes MN		24.519.947,11	25.342.236,57
Responsabilidade para com Inst. Financeiras	17	19.925.621,22	22.506.309,47
Responsabilidade para com o Estado	18	4.594.325,89	2.835.927,10
Outros Passivos		2.927.879,41	2.554.370,73
Responsabilidades p/c/Fundo de pensões	19	2.512.520,21	2.407.429,16
Responsabilidades p/c/Prémios de antiguidade	20	32.301,94	32.512,44
Exigibilidades diversas	21	351.707,15	83.079,03
Outros	22	31.350,10	31.350,10
Contas de Regularização Passiva	23	101.267,58	71.019,52
Outras contas de regularização passiva		15.195,23	13.956,18
Custo a pagar		73.001,16	43.581,14
Receitas com proveito diferido		13.070,19	13.482,20
Provisões			
Capitais Próprios		329.288,66	244.331,50
Capital	24	200.000,00	200.000,00
Reservas	24	314.551,99	919.132,72
Resultado do Exercício	24	417.049,84	(29.165,9)
Resultados Transitados	24	(602.313,2)	(845.635,3)
Total Passivo e Capitais Próprios		41.359.935,08	41.420.719,65

Fonte: BCV

Quadro 55 - Demonstração de Resultados

Rubricas	Notas	em milhares de escudos	
		31-12-2009	31-12-2008
Juros e proveitos equiparados	25	688.136,03	1.472.297,67
Juros e custos equiparados	26	297.322,43	351.301,70
Margem Financeira		390.813,60	1.120.995,97
Rendimentos de instrumentos de capital	27	187.197,37	170.534,70
Comissões recebidas	28	579,49	845,18
Comissões pagas	29	35.610,93	34.486,69
Resultados em operações financeiras		612.581,89	-769.194,63
Lucros em operações financeiras	30	766.411,94	105.155,58
Prejuízos em operações financeiras	31	153.830,05	874.350,21
Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (líquido)		0,00	0,00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
Resultados em empresas associadas	32	24.553,49	38.530,73
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	33	-39.139,21	116.669,11
Resultados de alienação de outros activos	34	1.000,00	-325,92
Outros resultados de exploração	35	18.226,18	17.794,61
Produto Bancário		769.388,28	-459.632,91
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	36	36.472,95	64.238,97
Custos com pessoal	37	547.926,96	495.803,67
Fornecimento e serviços de terceiros	38	118.322,52	134.855,82
Depreciações e amortizações	13	45.383,62	37.990,26
Imparidade do crédito (líquidas de reposições e anulações)	9	4.441,16	40.557,87
Recuperação de crédito, juros e despesas	9	512,85	1.801,93
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Resultado de Exercício	24	417.049,84	-29.165,86

Fonte: BCV

Caixa III

Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro no Banco de Cabo Verde

A crescente internacionalização dos mercados de bens, de serviços e de capitais, associado a cada vez maior integração do mercado financeiro internacional bem como os diversos problemas surgidos com entidades actuates nesse mercado, levaram a comunidade internacional, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a encorajar e a incentivar as empresas, os governos e os organismos normalizadores de cada país a adoptarem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF)⁶ em detrimento de práticas normalizadas específicas de cada país.

A adopção das NIRF visa proporcionar um conjunto de vantagens, entre as quais:

- Comparabilidade Internacional – as normas facilitam a comparabilidade das demonstrações financeiras de instituições distintas;
- Transparência – maior compreensão e apresentação de informações que são de conhecimento geral;
- Confiança – as normas, por terem um cariz internacional e permitirem maior entendimento das operações das instituições, proporcionam maior credibilidade e confiança a todos os utilizadores das demonstrações financeiras.

Neste contexto, e tendo em conta que diversos bancos centrais têm procurado incorporar no seu ordenamento contabilístico normas que são padrões de referência internacional, traduzidas tanto nas normas do Sistema Europeu de Bancos Centrais como nas NIRE, de forma adaptada ou integral, o Banco de Cabo Verde ao abrigo da sua Lei Orgânica deliberou a adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras.

Assim, os trabalhos de convergência iniciaram-se em Abril de 2007 e, reunidas as condições, o Banco de Cabo Verde adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro na preparação e divulgação das contas, com referência a 31 de Dezembro de 2008.

A adopção desta medida de política implicou um conjunto de mudanças de ordem operacional e financeira, decorrentes da complexidade no entendimento e interpretação das normas, da alteração de políticas contabilísticas de mensuração e reconhecimento de activos, passivos e resultados, bem como da alteração dos sistemas de informação.

Do processo de conversão das demonstrações financeiras, com base no Plano de

⁶ Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) - são normas e interpretações adoptadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* que compreendem, para além das NIRF, as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e as interpretações originandas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee (SIC)*.

Contas do Banco de Cabo Verde e assente nas orientações técnicas definidas nas NIRE, as alterações de políticas contabilísticas, ajustamentos e reclassificações, traduziram-se nos seguintes principais impactos:

- Aumento do Activo, decorrente da adequação dos activos financeiros ao justo valor e do reconhecimento da participação em associada pelo Método de Equivalência Patrimonial;
- Aumento do Passivo, essencialmente determinado pelo reconhecimento das responsabilidades para com o fundo de pensões e outros benefícios atribuídos aos empregados;
- Diminuição do Capital Próprio, que se deve ao impacto da alteração de Políticas Contabilísticas e do reconhecimento de Reservas de Reavaliação de Activos Disponíveis para Venda.

Os impactos negativos resultantes da alteração de políticas contabilísticas foram determinados, em grande medida, pelo (i) reconhecimento das responsabilidades com o fundo de pensões, com base no estudo actuarial realizado em 2006 e pelo (ii) reconhecimento de custos com a produção de notas e moedas.

Contudo, a adopção das NIRE, para além de mudanças de ordem operacional e financeira que fez operar, implicará modificações à Lei Orgânica, nomeadamente aos artigos 57º e 58º no sentido da introdução de filtros que permitam a correcção aos resultados contabilísticos determinados em consonância com a norma e impeçam a distribuição de resultados não realizados, permitindo ainda o reforço de reservas por valores considerados adequados.

Anexos às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009
(Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = ECV)

Nota 1 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do BCV foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

1.2 - Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009, são os seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O BCV segue o princípio contabilístico de especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente, no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Conversão de activos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

Os activos e passivos do BCV em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos com base nas taxas de câmbio oficiais em vigor na data das demonstrações financeiras.

Os custos e proveitos em moeda estrangeira são por sua vez convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado no final de cada mês e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transacção e o custo médio ponderado apurado no final do mês.

No final do mês correspondente o custo médio da posição cambial da moeda é afectado, pelo valor das divisas compradas.

O BCV apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas, realizados ou não, provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, realizados ou não, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda, que são reconhecidos em reservas.

d) Reconhecimento de ganhos e perdas não realizados em activos e passivos

De acordo com as NIRF, os ganhos e perdas, realizados, provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados realizados.

Os ganhos e as perdas, não realizados, provenientes da variação do justo valor, são reconhecidos nos resultados não realizados, com excepção dos relativos aos activos classificados como disponíveis para venda.

Para os activos financeiros categorizados como disponíveis para vendas, os ganhos e perdas não realizados, provenientes de alterações no justo valor são reconhecidos em reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

e) Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*) ou seja, na data em que o BCV se compromete a adquirir ou alienar o activo e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do BCV de receber os seus fluxos de caixa;
- (ii) O BCV tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção ou;
- (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão, de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O BCV não tem instrumentos financeiros derivados.

A carteira de títulos estrangeiros é tratada de acordo com o previsto nesta categoria de activos.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

Nesta categoria de activos estão classificados os Activos Financeiros Emitidos por Residentes e as Participações financeiras em organismos internacionais.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas de imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e outros valores a receber

Activos financeiros mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

f) Participações financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do BCV, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, utilizou-se o Método de Equivalência Patrimonial na determinação

da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

g) Imparidade

O BCV avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade quando o decréscimo significativo for superior a 20% ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

h) Investimento em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o BCV detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o BCV exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o BCV exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento, em que o BCV adquire a influência significativa, até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao BCV iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o BCV tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

i) Activos intangíveis e activos fixos tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliário, transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o BCV. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º. 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização, está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados. Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do BCV é composto essencialmente por despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo BCV. O imobilizado em curso é transferido para imobilizado firme quando começa a ser efectivamente utilizado, iniciando-se a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, caso contrário é considerado como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto, as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e, (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o BCV detinha dois apartamentos cujos contratos configuram uma locação financeira.

k) Medalhística e numismática

Os activos referentes a medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

➤ NORMAL

- Inclui nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas corrente, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de coleccionadores tanto dentro como fora do país.

- Preço de venda
- ✓ As notas são vendidas ao valor facial acrescido de 20%;
- ✓ As moedas ao valor facial acrescido de 30%;
- ✓ Os restantes materiais são vendidos ao preço total dos custos incorridos com a produção (custos *design*, cunhagem/produção, transporte, seguro, etc.), adicionado de um valor aprovado pela Direcção e/ou Administrador do Pelouro.

➤ ESPECIAL

- Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:
- ✓ Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- ✓ Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as primeiras emissões de notas e moedas do BCV);
- ✓ Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

- Preço de venda

- ✓ Não existindo dados para o cálculo do custo de produção original e, dado que este mesmo custo não foi incorrido pelo BCV, (materiais ofertados), o preço dos mesmos é sempre fixado pela Direcção e/ou Administrador do Pelouro.

➤ ACERVO

▪ Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos incluindo notas e moedas para o futuro museu do BCV. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada. Ou seja:

- ✓ Materias numismáticos ao preço de custo;
- ✓ Notas e moedas correntes ao valor facial;
- ✓ Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

1) Responsabilidades com Pensões de Reforma e outros benefícios

O BCV assegura o pagamento de pensões de reforma e de sobrevivência aos trabalhadores (e cônjuges) que tenham entrado no BCV até 31 de Dezembro de 1993 e comparticipa nas despesas de tratamento no exterior dos trabalhadores abrangidos por este plano. Estas responsabilidades estão expressas numa provisão registado no Passivo que é anualmente reforçada, conforme se mostrar apropriado nas circunstâncias.

Os empregados do BCV admitidos após 1 de Janeiro de 1994 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social (plano de contribuição definida).

m) Prémios de antiguidade

Em conformidade com a Norma Aplicação Permanente (NAP) nº12/2005, o BCV assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completarem 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, um prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à

data de pagamento destes prémios. Estas responsabilidades estão expressas numa provisão registado no Passivo que é anualmente reforçada, conforme se mostrar apropriado nas circunstâncias.

n) Despesas com fabrico de notas e moedas

As despesas com emissão de notas e moedas são reconhecidas como custo quando são liquidadas ao fornecedor.

o) Notas e moedas em circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no BCV e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do BCV perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

p) Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica o BCV deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o BCV incorra em prejuízo, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

Nota 2 - “Disponibilidades e outras aplicações”

Representando as disponibilidades e os depósitos a prazo, esta sub-rubrica apresenta um decréscimo de 2,72% face ao ano anterior, espelhando a venda de divisas às instituições de crédito e os efeitos da depreciação nominal do dólar.

“DISPONIBILIDADES” – reflectindo valores disponíveis em moeda estrangeira, apresentam um aumento de 46,61% em relação ao ano anterior, associado, essencialmente, aos influxos externos e vencimento de aplicações.

Quadro 56 - Disponibilidades

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Depósitos à Ordem no Exterior	3.570.219	2.434.249
Notas e Moedas Estrangeiras	53.560	37.409

Fonte: BCV

“OUTRAS APLICAÇÕES” – no valor de 15.166.731 milhares de escudos, traduzem as aplicações em depósitos a prazo com maturidade até um ano e incluem um depósito de garantia afecto à conta margem.

Quadro 57 - Outras Aplicações

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Aplicações a Prazo	15.156.201	16.795.872
Outros Depósitos	5.843	5.843
Juros a receber de aplicações	4.667	43.214

Fonte: BCV

Nota 3 - “Crédito a não residentes”

Representa acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em USD e encontra-se provisionado a 100%. A variação negativa registada deve-se ao efeito da actualização cambial.

Quadro 58 - Crédito a Não Residentes

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Banco Nacional de Cuba	136.098	138.414
Provisões p/acordos de pag. venc. ME	-136.098	-138.414

Fonte: BCV

Nota 4 - “Títulos estrangeiros”

Traduzem investimentos em títulos de negociação, no valor de 10.458.835 milhares de escudos, geridos pelo Banco Central do Luxemburgo, no âmbito do contrato de gestão assinado com aquela instituição.

Os títulos estrangeiros representam 33,32% das “Reservas Cambiais” e 25,28% do “Activo Líquido” e encontram-se desagregados por emissores conforme segue:

Quadro 59 - Carteira de Títulos Estrangeiros

	em milhares de escudos
	2009
De Instituições Financeiras	6.657.585
De Emissores Públicos Estrangeiros	3.195.548
De outros não Residentes	605.702

Fonte: BCV

Nota 5 - “Activos sobre organismos internacionais”

No valor de 2.135.235 milhares de escudos, compreende a quota do BCV no Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme estipulado no Decreto-lei nº43/2004, a participação no Afreximbank e as disponibilidades junto do FMI, e decompõem-se em:

Quadro 60 - Activos sobre Organismos Internacionais

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Activos sobre Organismos Internacionais	2.135.235	1.066.461
Activos sobre Organismos Internacionais MN	1.077.312	982.055
Participação no FMI	1.077.312	982.055
Activos sobre Organismos Internacionais ME	1.057.923	84.406
Participação em Outros Organismos Internacionais ME	67.222	65.881
Realizado	113.364	112.809
Não realizado	-46.142	-46.928
Direitos de Saque Especiais	990.701	18.525

Fonte: BCV

A participação do BCV no FMI acusa um aumento de 9,70% face a 2008, reflectindo o reajustamento da mesma, relativo ao exercício económico de 2008.

Por seu turno, a “Participação em Outros Organismos Internacionais ME” traduz a participação financeira subscrita pelo BCV junto do Afreximbank, no valor nominal de USD 1.000.000, valorizada ao câmbio médio do último dia útil do ano. Desse montante, cerca de 3/5 da subscrição, equivalente a USD 600.000, encontra-se por realizar.

A variação positiva significativa registada em “Direitos de Saque Especiais” deve-se, essencialmente, ao aumento da alocação atributiva do FMI. No período, os juros recebidos sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 4.193, cerca de 499 milhares de escudos, enquanto as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa atingem SDR 7.280, correspondente a 880 milhares de escudos.

De referir que, em 2009, o BCV amortizou oito prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no âmbito do programa de *Poverty Reduction and Growth Facility* – PRGF, no valor de SDR 984.000 (119.023 milhares de escudos) e suportou juros, no montante de SDR 37.987, equivalentes a 4.603 milhares de escudos.

Nota 6 - Crédito interno

No montante de 810.267 milhares de escudos, este agregado evidencia um aumento de 44,67% face a 2008, traduzindo, essencialmente, o crédito às instituições financeiras para cobertura de Disponibilidades Mínimas de Caixa. Decompõe-se nas seguintes sub-rubricas:

CRÉDITO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS” - no montante de 250.080 milhares de escudos, reflecte a cedência de liquidez a uma instituição de crédito, no âmbito de execução da política monetária.

CRÉDITO AO ESTADO” - no valor de 98.541 milhares de escudos, representa o crédito concedido ao Estado de Cabo Verde para participação em organismos internacionais. As participações em organismos internacionais subdividem-se em:

Quadro 61 - Crédito ao Estado

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Participação BAD - MN	88.498	88.498
Participação BM - MN	6.695	6.695
Participação IDA - MN	3.348	3.348

Fonte: BCV

CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES” - ascende a 461.646 milhares de escudos e reflecte o crédito concedido aos funcionários e o crédito de natureza comercial não transitado para o Banco Comercial do Atlântico que, por força do protocolo assinado aquando da separação do Banco de Cabo Verde com aquela Instituição, ficou domiciliado no Banco de Cabo Verde. Apresenta a seguinte desagregação:

Quadro 62 - Crédito a Outras Entidades

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Crédito ao Pessoal	439.090	428.686
Credito à habitação	321.074	329.407
Crédito ordinário	106.040	85.845
Outros créditos ao pessoal	8.869	10.634
Crédito para fins de saúde	3.092	2.797
Crédito para obrigações fiscais	15	3
Crédito a outras entidades	21.083	29.846
Leasing financeiro	1.473	1.543
Crédito e juros c/ Imparidade e outros activos financeiros vencidos	559.532	563.974
Imparidade acumulada de activos s/residentes	-559.532	-563.974

Fonte: BCV

O “*Leasing financeiro*” retrata um contrato de locação financeira de dois apartamentos situados em Achada de Santo António, enquanto o “Crédito a outras entidades” reflecte o financiamento ao então Instituto de Fomento à Habitação (IFH), antes da separação do BCV em 1993.

A sub-rubrica “Crédito e juros com imparidade e outros activos financeiros vencidos” retratam o crédito de natureza comercial concedido antes de 1 de Setembro de 1993, que dada a sua situação de mora, não transitaram para o Banco Comercial do Atlântico aquando da cisão com o Banco de Cabo Verde. Os referidos créditos encontram-se totalmente provisionados.

No período, assinala uma variação negativa de 0,79%, traduzindo a recuperação do crédito, no valor de 4.441 milhares de escudos.

Nota 7 - “Activos financeiros emitidos por residentes”

No valor de 8.508.093 milhares de escudos, reflectem títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde - Obrigações do Tesouro e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF), o direito do BCV aos 5% do rendimento do *Internacional Support*

for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF) nos termos da Lei 69/98, bem como a participação do BCV na Socapesca, provisionada a 100%.

Os títulos nacionais encontram-se registados ao justo valor e categorizados como disponíveis para venda.

Quadro 63 - Activos Financeiros Emitidos por Residentes

	em milhares de escudos	
	2009	2008
TCMF	4.906.014	5.064.052
Obrigações do Tesouro	3.392.613	3.930.952
Outros	209.466	87.139
Participação Socapesca	13.880	13.880
Imparidade acumulada	-13.880,0	-13.880,0

Fonte: BCV

As Obrigações do Tesouro reflectem diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999 pelo Estado Cabo-Verdiano com o objectivo de liquidar os créditos titulados por “Protocolos” existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, de 280.000 milhares de escudos, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual das aplicações dos recursos do *Internacional Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF)*.

No período, as Obrigações do Tesouro acusam uma variação negativa de 13,69% face a 2008, a qual se deve ao vencimento anual, conforme o plano financeiro e à alteração de estimativas do justo valor da carteira calculado com base nos *Cash Flows* descontados à taxa de juro das emissões internas para prazos semelhantes.

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira relevam títulos emitidos pelo CVDTF criados ao abrigo da Lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. No período, os títulos espelham um decréscimo de 5,34% face a 2008, o qual se deve à alteração de estimativas associada à reavaliação do justo valor da carteira, calculada com base nos *Cash Flows* descontados à taxa de *Swaps curve* para títulos com características idênticas.

Nota 8 - Investimentos em associadas

No valor de 138.838 milhares de escudos, esta rubrica reflecte a participação do BCV em 40% no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento e encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial. A participação foi calculada com base em informações enviadas pela SISP, porém ainda não auditadas.

Nota 9 - Medalhística e numismática

No valor de 110.911 milhares de escudos, incorpora as moedas comemorativas em metal nobre, ouro e prata, espécies de moedas correntes e notas devidamente tratadas para comércio no mercado de coleccionadores.

Nota 10 - Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis apresentam-se líquidos de amortizações acumuladas, as quais são calculadas pelo método de quotas constantes, segundo critérios em vigor no BCV. No valor de 270.108 milhares de escudos, o imobilizado líquido acusa um decréscimo de 3,82% face a 2008, reflectindo as amortizações acumuladas e os abates, pese embora as aquisições registadas no período.

Quadro 64 - Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis

em milhares de escudos							
	Transferência Activos Intangíveis e Fixos Tangíveis em curso	Abates/ Alienações	Regularizações		Activos In- tangíveis e Fixos Tangíveis Bruto	Amortiza- ção acumulada	Activos In- tangíveis e Fixos Tangíveis Líquido
			(+)	(-)			
Activos Intangíveis	14.462	0	0	0	56.185	42.534	13.651
Sistemas de tratamento automático da informação	14.462	0	0	0	56.185	42.534	13.651
Activos Fixos tangíveis	22.186	4.167	0	0	725.980	476.578	249.402
Imóveis	0	0	0	0	369.280	206.268	163.012
Terrenos	0	0	0	0	56.811	0	56.811
Edifícios ao serviço próprio	0	0	0	0	170.432	137.562	32.870
Grandes repar.e beneficiações	0	0	0	0	48.632	7.619	41.013
Outros imóveis	0	0	0	0	93.406	61.087	32.319
Equipamento	22.186	4.167	0	0	352.076	270.310	81.766
Mobiliário e material	6.123	0	0	0	102.484	78.902	23.582
Máquinas e ferramentas	0	417	0	0	64.865	55.473	9.392
Equipamento informático	2.713	0	0	0	79.479	61.260	18.219
Instalações interiores	0	0	0	0	66.648	51.514	15.134
Material de transporte	13.350	3.750	0	0	37.803	22.773	15.030
Equipamento segurança	0	0	0	0	554	185	370
Outro equipamento	0	0	0	0	244	205	39
Património Artístico	0	0	0	0	4.624	0	4.624
Outras Imobilizações	0	0	0	0	0	0	0
Activos Intangíveis e Fixos Tangíveis em Curso	36.648	377	363	363	7.055	0	7.055
Sistemas de Tratamento Automático da Informação	14.462	66	0	0	5.765	0	5.765
Imóveis	0	198	0	0	0	0	0
Edifícios ao serviço próprio	0	0	0	0	0	0	0
Grandes repar.e beneficiações	0	198	0	0	0	0	0
Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	22.186	112	363	363	1.290	0	1.290
Mobiliário e material	6.123	0	0	363	363	0	363
Máquinas e ferramentas	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento informático	2.713	0	0	0	928	0	0
Instalações interiores	0	112	0	0	0	0	0
Material de transporte	13.350	0	0	0	0	0	0
Equipamento segurança	0	0	363	0	0	0	0
Outro equipamento	0	0	0	0	0	0	0
Total Imobilizado	0	4.544	363	363	789.220	519.112	270.108

Fonte: BCV

Nota 11 - Contas de regularização activas

No montante de 137.137 milhares de escudos, traduzem diversas operações internas, acréscimos e diferimentos que, por vários motivos, não podem ser enquadradas nas respectivas contas, de imediato.

Quadro 65 - Contas de Regularização Activas

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Proveitos a receber	3.612	5.284
Despesas com custos diferidos	3.820	2.899
Outras contas de regularização activas	129.706	108.790

Fonte: BCV

A sub-rubrica “Proveitos a receber” agrega, basicamente, as receitas a receber de actividade de supervisão, enquanto a sub-rubrica “Despesas com custos diferidos” reflecte as despesas realizadas a serem imputadas ao custo de períodos seguintes, em conformidade com o princípio contabilístico dos Acréscimos e Diferimentos, desagrega-se em:

Quadro 66 - Despesas com Custos Diferidos

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Despesas com custos diferidos - custos administrativos	3.500	1.432
Economato	320	1.467

Fonte: BCV

O “Economato” acusa um decréscimo expressivo face a 2008, o qual se deve ao abate de bens consumíveis, sem uso, conforme deliberação superior, enquanto as “Despesas c/custos diferidos – custos administrativos” reflectem, sobretudo, os pagamentos antecipados do seguro de vida dos trabalhadores do BCV e das despesas de comunicação (*Bloomberg e Reuters*).

Por sua vez, as “Outras contas de regularização activas” representam saldos a regularizar provenientes de diversas operações, dos quais as operações cambiais referentes à compra antecipada de divisas pela SISF, no montante de 124.594 milhares de escudos.

Nota 12 - Notas e moedas em circulação

As notas e moedas em circulação⁷ ascendem a 9.531.472 milhares de escudos e representam valores em circulação em poder dos agentes económicos.

Nota 13 - Responsabilidades para com o exterior

Representando passivos para com Organismos Financeiros Internacionais em moeda estrangeira e nacional, as responsabilidades ascendem a 3.471.372 milhares de escudos e evidenciam um aumento de 60,60% face ao exercício anterior.

⁷ Notas e moedas emitidas, deduzidas das notas e moedas em caixa na Tesouraria do Banco de Cabo Verde e das em trânsito.

Quadro 67 - Responsabilidades para com o Exterior

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Responsabilidades p/c/Exterior – ME		
Empréstimos e outros créditos	848.875	966.765
Responsabilidades p/c/Org. Internacionais Atribuição cumulativa FMI - ME	1.105.391	74.691
Responsabilidades p/c/Exterior – MN	1.517.106	1.120.017

Fonte: BCV

Os “Empréstimos e outros créditos” reflectem o crédito concedido pelo Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Redução da Pobreza e Crescimento, correspondente a 7.041 milhares de SDR. No período, acusam um decréscimo de 12,19% face a 2008, traduzindo o efeito da amortização das prestações.

A “Atribuição cumulativa FMI – ME” reflecte as responsabilidades para com o FMI, decorrentes da atribuição de Direitos de Saque Especiais, no valor de 9.169 milhares de SDR. A evolução no período deve-se, essencialmente, ao aumento da alocação atributiva pelo FMI.

Por sua vez, as “Responsabilidades para com Organismos Internacionais – MN” representam os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do BCV. No período, acusam um acréscimo de 35,45%, o qual se deve à constituição de depósitos, no âmbito do protocolo⁸ da CEDEAO sobre “*Prélèvement Communautaire*”, e ao ajustamento de reavaliação da participação do BCV junto do FMI, referente ao exercício de 2008.

Quadro 68 - Responsabilidades para com Organismos Internacionais – MN

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Fundo Monetário Internacional	1.076.315	981.058
Banco Mundial	4.332	4.332
Associação Intern. de Desenvolvimento	2.999	2.999
Produits du Prélèv. Communautaire (CEDEAO)	433.460	131.628

Fonte: BCV

Nota 14 - Responsabilidades para com instituições financeiras

No valor de 24.998.655 milhares de escudos agregam as responsabilidades em moeda nacional e estrangeira para com Instituições Financeiras, que representam 79,71%, e para com o Estado, enquanto caixa do Tesouro. No período, acusam um decréscimo de 4,21% reflectindo a variação negativa das responsabilidades para com Instituições Financeiras, associada à compra de divisas ao banco central e ao financiamento do défice público.

As “Responsabilidades para com instituições financeiras no país” ascendem a 19.926.782 milhares de escudos, cerca de 11,56% abaixo da alcançada em 2008 e representam os depósitos das Instituições de Crédito, decorrentes da constituição das Disponibilidades

⁸ Prevê a constituição de depósitos junto do BCV pelo Tesouro das receitas aduaneiras, equivalentes à taxa de 0,5% sobre as importações.

Mínimas de Caixa e depósitos *overnight* e as operações de intervenção do BCV. No período, as responsabilidades para com os Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária ascendem a 348.742 e 2.595.102 milhares de escudos, respectivamente.

Agregam ainda, os depósitos de Instituições Financeiras não Bancárias, designadamente, da SISP, das Agências de Câmbio e da Bolsa de Valores de Cabo Verde, no valor total de 3.253 milhares de escudos.

Por sectores institucionais e por moeda, as responsabilidades para com Instituições Financeiras apresentam a seguinte composição:

Quadro 69 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Responsabilidade para com Instituição de Crédito	19.925.621	22.506.308
Depósito à ordem	16.982.938	15.602.643
Moeda Nacional	16.981.777	15.576.404
À ordem	13.881.777	14.296.404
Facilidades de depósitos	3.100.000	1.280.000
Moeda Estrangeira	1.160	26.239
Operações Passivas de Política Monetária	2.943.844	6.929.904
Títulos de Regularização Monetária	2.595.102	1.198.334
Títulos de Intervenção Monetária	348.742	5.731.571
Responsabilidade para com Instituição Financeira não Bancária		
Depósito à ordem	3.253	565
Moeda Nacional	3.253	565

Fonte: BCV

Nota 15 - Responsabilidades para com o Estado

As responsabilidades para com o Estado atingem 5.071.873 milhares de escudos e espelham os depósitos do Sector Público junto do banco central, enquanto caixa do Tesouro. No período, acusam um aumento de 42,28% associado aos desembolsos externos, à emissão de títulos de dívida pública e às receitas provenientes da arrecadação de impostos, não obstante os pagamentos correntes e o reembolso/resgate de parte da dívida pública interna. Por moeda, as responsabilidades desagregam-se como segue:

Quadro 70 - Responsabilidades para com o Estado

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Responsabilidade para com o Estado		
Moeda Nacional	4.594.326	2.835.927
Moeda Estrangeira	477.547	728.834

Fonte: BCV

Nota 16 - Outros passivos

No valor de 2.927.879 milhares de escudos, representam responsabilidades para com o fundo de pensões, para com o tratamento do pessoal no exterior, para com o prémio de antiguidade dos trabalhadores, bem como outras exigibilidades de responsabilidade da Instituição. Desagregam-se como se segue:

Quadro 71 - Outros passivos

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Responsabilidades p/c/Fundos de pensões	2.402.875	2.306.265
Pensões de Reforma	2.311.635	2.222.510
Pensões de Sobrevivência	91.240	83.755
Responsabilidade p/c/Tratamento pessoal no exterior	109.645	101.164
Responsabilidades p/c/Prémio de antiguidade	32.302	31.512
Exigibilidades diversas	351.707	83.079
Outros	31.350	31.350

Fonte: BCV

O BCV assegura o pagamento de pensões de reforma e de sobrevivência aos trabalhadores e cônjuges que tenham entrado no BCV até 31 de Dezembro de 1993 e comparticipa nas despesas de tratamento no exterior, incorridas por motivo de saúde, relativamente aos trabalhadores abrangidos por este plano.

Nos termos das normas vigentes na instituição, o pagamento aos reformados e pensionistas é garantido por um fundo constituído para pensão de reforma e de sobrevivência (fundo de pensões), reforçada mensalmente com base nas contribuições do BCV e dos trabalhadores no activo. O BCV comparticipa, ainda, a título facultativo, com um montante correspondente a 1,5 das pensões de reforma e de sobrevivência pagas. No exercício, o pagamento das pensões de reforma e de sobrevivência atingem 126.032 e 10.597 milhares de escudos, respectivamente.

As “Responsabilidades para com o tratamento do pessoal no exterior” são comparticipadas pelos trabalhadores no activo, pelos reformados e pelo BCV. Destina-se a suportar custos com tratamento de beneficiários que se deslocam ao exterior para tratamento por conta própria ou evacuados pela Junta de Saúde. Em 2009 verificam-se pagamentos, no valor de 4.465 milhares de escudos.

As “Responsabilidades para com os prémios de antiguidade” representam encargos por serviços passados prestados à instituição e atribuídos aos empregados quando estes perfazem 10, 20 e 30 anos de actividades no BCV, correspondentes a um, dois e três salários efectivos, respectivamente.

Por seu turno, a sub-rubrica “Exigibilidades diversas” representa saldos de notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do BCV perante os detentores permanece até à prescrição do prazo estipulado na sua Lei Orgânica, bem como do Fundo de Garantia Automóvel, destinado a suportar as despesas com sinistrados não cobertas pelo Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil, comparticipadas pelas seguradoras em 2% dos prémios arrecadados.

No valor de 351.707 milhares de escudos, apresenta a seguinte desagregação:

Quadro 72 - Exigibilidades Diversas

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Notas retiradas de circulação	319.097	57.534
Fundo garantia automóvel	32.286	25.375
Abono para falhas	324	170

Fonte: BCV

A sub-rubrica “Outros” representa reservas constituídas por deliberação do Conselho de Administração para cobrir despesas de carácter social.

Nota 17 - Contas de regularização passiva

Compreendem diversas operações de regularização interna, acréscimos e diferimentos e outras transitórias que, por motivos vários, não são enquadrados, de imediato, nas respectivas contas. As contas de regularização ascendem a 101.268 milhares de escudos e decompõem-se em:

Quadro 73 - Contas de regularização Passiva

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Custo a pagar	73.001	43.581
Receitas c/proveitos diferidos	13.070	13.482
Outras contas de regularização passiva	15.196	13.956

Fonte: BCV

A sub-rubrica “Custos a pagar” reflecte gastos gerais administrativos, no valor de 64.499 milhares de escudos e as comissões a pagar ao Banco Central do Luxemburgo, no montante de 8.502 milhares de escudos. Os gastos gerais administrativos agregam os custos a pagar ao pessoal, no valor de 7.415 milhares de escudos, referentes a remuneração por desempenho, assistência médica e medicamentosa, entre outros e os custos com fornecimento e serviços de terceiros relacionados com despesas de comunicação, de manutenção de equipamentos, de auditoria, consultoria e assistência técnica, entre outras, de 57.084 milhares de escudos.

A sub-rubrica “Receitas com proveitos diferidos” espelha, essencialmente, o valor relativo à transferência de valores à guarda da conta extra patrimonial para a rubrica de “Medalhística e Numismática”.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outras contas de regularização passivas” releva o valor de 11.982 milhares de escudos, relativo a diversas operações aguardando regularização para serem integradas nas respectivas contas, bem como o montante de 3.193 milhares de escudos, referente às rendas pagas por inquilinos dos apartamentos do BCV situados em Achada de Santo António, os quais se encontram registados no activo em “Imobilizado” – “Outros imóveis”.

Nota 18 - Capital

Nos termos do art.º 4 da Lei Orgânica, o capital do Banco de Cabo Verde está fixado em 200.000 milhares de escudos.

Nota 19 - Reservas

No valor de 314.552 milhares de escudos, reflectem as reservas de reavaliação resultantes da adequação ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda. No período, acusam um decréscimo de 65,78%, o qual se deve à cobertura de prejuízos acumulados por transferência de Reserva Legal, conforme deliberação do Conselho de Administração e ao efeito da alteração de estimativa associada à reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda.

Quadro 74 - Reservas

	em milhares de escudos	
	2009	2008
Reserva legal	-	271.231
Reservas de reavaliação	314.552	647.902

Fonte: BCV

Nota 20 - Resultado transitado

O resultado transitado cifra-se em 602.313 milhares de escudos negativos e reflecte, essencialmente, o impacto das alterações de políticas contabilísticas decorrente da convergência do BCV para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, não obstante a incorporação da Reserva Legal.

Nota 21 - Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício de 2009 ascende a 417.050 milhares de escudos positivos, que comparados aos 29.166 milhares de escudos negativos de 2008, evidencia, sobretudo, a redução dos custos.

Quadro 75 - Resultado do Exercício

em milhares de escudos							
Rubricas	Notas	Dez-09	Dez-08	Variação Homóloga		Peso Relativo	
				Absoluta	%	2009	2008
Juros e proveitos equiparados	25	688.649	1.474.100	-785.451	-53,28%	38,27%	73,93%
Rendimentos de instrumentos de capital	27	187.197	170.535	16.663	9,77%	10,40%	8,55%
Comissões recebidas	28	579	845	-266	-31,44%	0,03%	0,04%
Lucros em operações financeiras	29	889.197	281.797	607.401	215,55%	49,42%	14,13%
Outros proveitos	35	33.664	66.613	-32.950	-49,46%	1,87%	3,34%
Total Proveitos		1.799.287	1.993.889	-194.603	-9,76%	100,00%	100,00%
		1.799.287	1.992.087				
Juros e custos equiparados		297.322	351.302	-53.979	-15,37%	21,51%	17,36%
Comissões pagas		35.611	34.487	1.124	3,26%	2,58%	1,70%
Prejuízos em operações financeiras		291.201	895.791	-604.590	-67,49%	21,07%	44,28%
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	36	36.473	64.239	-27.766	-43,22%	2,64%	3,18%
Custos com pessoal	37	547.927	495.804	52.123	10,51%	39,64%	24,51%
Fornecimento e serviços de terceiros	38	118.323	134.856	-16.533	-12,26%	8,56%	6,67%
Depreciações e amortizações	13	45.384	37.990	7.393	19,46%	3,28%	1,88%
Outros custos		9.996	8.587	1.409	16,41%	0,72%	0,42%
Total Custos		1.382.237	2.023.055	-640.819	-31,68%	100,00%	100,00%
Resultado de Exercício	24	417.050	29.166	387.884	1329,92%		
Realizado		6.119	-503.695	509.814	-101,21%		
Não realizado		-423.169	532.861	-956.030	-179,41%		

Fonte: BCV

Com efeito, os custos ascendem a 1.382.237 milhares de escudos, cerca de 31,68% abaixo do montante apurado em 2008, repercutindo, essencialmente, a redução substancial dos prejuízos em operações financeiras, associada à melhoria do mercado financeiro internacional que permitiu uma reavaliação favorável dos investimentos de carteira detidos para negociação, dos custos com a política monetária derivada da menor intervenção do banco central na esterilização da liquidez excedentária no sistema, bem como dos custos com a produção de notas e moedas.

Por seu turno, os proveitos, no montante de 1.799.287 milhares de escudos, evidenciam um decréscimo de 9,76% face a 2008, o qual se deve à queda acentuada dos juros e proveitos equiparados, associada às descidas de taxas de juro internacionais.

Nota 22 - Margem financeira

A margem financeira apresenta-se positiva. Contudo, em termos relativos apresenta um decréscimo de 65,14% face a 2008, o qual se deve à queda acentuada dos “Juros e proveitos equiparados”.

Quadro 76 - Margem Financeira

Rubricas	em milhares de escudos				
	Notas	Dez-09	Dez-08	Variação Homóloga	
				Absoluta	%
Juros e proveitos equiparados	25	688.136	1.472.298	-784.162	-53,26%
De reservas cambiais		464.650	1.252.720	-788.071	-62,91%
De financiamento às instituições financeiras no país		6.380	6.029	350	5,81%
De financiamento ao Estado		0	0	0	
De activos financeiros titularizados emitidos por residentes		185.785	167.836	17.949	10,69%
De crédito a outras entidades		31.321	45.712	-14.391	-31,48%
De crédito ao pessoal		28.195	41.879	-13.684	-32,67%
De leasing financeiro		86	89	-3	-2,93%
De crédito a outras entidades		3.040	3.744	-704	-18,81%
De outros créditos		0	0	0	
Juros e custos equiparados	26	297.322	351.302	-53.979	-15,37%
De responsabilidades para c/o exterior		4.772	7.359	-2.587	-35,15%
De responsabilidades p/c/ residentes - MN		292.550	343.943	-51.393	-14,94%
De responsabilidades p/com instituições financeiras no país MN		291.878	336.862	-44.984	-13,35%
De responsabilidades p/c/o Estado		673	7.081	-6.409	-90,50%
Margem Financeira		390.814	1.120.996	-730.182	-65,14%

Fonte: BCV

Os “Juros e proveitos equiparados” evidenciam um decréscimo de 53,26%, reflectindo a queda das taxas de juro no mercado internacional.

Os juros e proveitos equiparados decompõem-se em:

- ✓ “Juros de reservas cambiais” – reflectem, essencialmente, os juros provenientes da gestão directa no mercado monetário interbancário (depósitos), no valor de 135.584 milhares de escudos e os juros de investimentos em carteira geridos pelo Banco Central do Luxemburgo, no montante de 328.567 milhares de escudos;
- ✓ “Juros de financiamento às instituições financeiras no país” – retratam juros provenientes de facilidades permanentes de cedência de liquidez às instituições de crédito para cobertura de reservas obrigatórias, no quadro de execução da política monetária;
- ✓ “Juros de activos financeiros emitidos por residentes” – no valor de 185.785 milhares de escudos, reflectem os juros de Obrigações do Tesouro remunerados à taxa do rendimento líquido de CVDTF (2009:4,40%; 2008:3,96%) bem como o rendimento proveniente dos 5% a que o BCV tem direito nos termos da Lei 69/V/98;
- ✓ “Juros de crédito a outras entidades” – reflectem juros do crédito ao pessoal, no valor de 28.195 milhares de escudos, calculados com base na menor taxa média efectiva praticada pelos bancos comerciais, juros do *leasing* financeiro, no montante de 86 milhares de escudos relacionados com dois apartamentos situados em Achada de Santo António, arrendados em regime de locação financeira e juros do crédito a outros residentes, de 3.040 milhares de escudos, relativos ao financiamento ao então IFH.

Por seu turno, os “Juros e custos equiparados” retratam, particularmente, os custos suportados com a execução da política monetária, no valor de 291.878 milhares de escudos, os juros pagos ao FMI, no montante de 4.603 milhares de escudos, relativos ao empréstimo PRGE, bem como os juros pagos ao Tesouro, no montante de 673 milhares de escudos, dos quais 582 milhares de escudos, referente à remuneração da conta especial da União Europeia (*stock financeiro*). No período, apresenta um decréscimo de 15,37% face a 2008, o qual se deve à menor intervenção do banco central no mercado monetário.

Nota 23 - “Rendimentos de instrumento de capital”

No montante de 187.197 milhares de escudos, acusam um acréscimo de 9,77%, reflectindo a remuneração dos activos financeiros disponíveis para venda (TCMF's) a uma taxa superior à de 2008 (2009:4,07%; 2008:3,68%).

Nota 24 - “Comissões recebidas”

No valor de 579 milhares de escudos, espelham as comissões recebidas por serviços de intermediação financeira.

Nota 25 - “Comissões pagas”

Retratam as comissões pagas ao Banco Central do Luxemburgo, no âmbito do contrato assinado para a gestão de parte das reservas externas, no montante de 33.249 milhares de escudos, as comissões com despesas de correspondentes, no valor de 1.478 milhares de escudos, bem como as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa do FMI, no montante de 880 milhares de escudos.

Nota 26 - “Resultado em operações financeiras”

Ascende a 612.582 milhares de escudos positivos, que comparados aos 769.195 milhares de escudos negativos de 2008, espelha um acréscimo significativo do lucro em operações financeiras, associado à melhoria do mercado obrigacionista com efeitos positivos na reavaliação dos títulos sobre o exterior, e à venda de títulos emitidos pelas instituições islandesas fora das condições de mercado, tendo originado um encaixe de 108.060 milhares de escudos para a Instituição.

O resultado em operações financeiras engloba, ainda, o lucro apurado na venda de medalhística e numismática aos colecionadores, no montante de 1.496 milhares de escudos.

Nota 27 - “Resultado em empresas associadas”

No montante de 24.553 milhares de escudos, reflecte a apropriação do resultado do exercício da SISP, participada em 40% e valorizada com base no relatório e contas da associada, de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Nota 28 - “Resultado de reavaliação cambial”

No valor de 39.139 milhares de escudos negativos retrata a reavaliação cambial dos activos financeiros em moeda estrangeira, à excepção dos detidos para venda que são reconhecidas em reservas de reavaliação. No período, acusa um decréscimo significativo face a 2008, associado à desvalorização da divisa norte-americana.

Nota 29 - “Resultado de alienação de outros activos”

No valor de 1.000 milhares de escudos, retrata as mais-valias realizadas na alienação do imobilizado, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Nota 30 - “Outros resultados de exploração”

No montante de 18.226 milhares de escudos, evidenciam, sobretudo, os proveitos provenientes da actividade de supervisão, das multas por contra-ordenação e do reembolso de despesas, nos montantes de 22.771, 3.054 e 1.969 milhares de escudos, respectivamente, contrabalançados pelos custos incorridos com subsídios e donativos, de 5.178 milhares de escudos, com a contribuição para a assistência financeira internacional, no valor de 2.917 milhares de escudos, bem como outros prejuízos dos quais 1.147 milhares de escudos, relativos ao abate de bens.

Nota 31 - “Custos com emissão e destruição de notas e moedas”

Representam encargos suportados com a emissão de uma nova família de moedas, no valor de 35.786 milhares de escudos, bem como custos com destruição de notas, no valor de 687 milhares de escudos.

Nota 32 - “Custos com pessoal”

No valor de 547.927 milhares de escudos, este agregado caracteriza 39,65% dos custos totais e engloba as remunerações pagas aos órgãos de gestão e fiscalização e aos empregados, no valor de 241.169 milhares de escudos, os encargos sociais, no montante de 266.343 milhares de escudos, bem como outros custos com pessoal, no valor de 40.415 milhares de escudos.

As remunerações acusam um acréscimo de 10,7% face a 2008, repercutindo a política de promoção e progressão na carreira, o reforço do quadro de pessoal e os efeitos da actualização salarial (2009:4%; 2008:3%).

Os encargos facultativos correspondem a 1,5 do valor das pensões pagas no exercício, enquanto os relativos à assistência médica e medicamentosa retratam a comparticipação da instituição para com os serviços clínicos contratados no país e para aquisição de medicamentos.

Os encargos facultativos correspondem a 1,5 do valor das pensões pagas no exercício, enquanto os relativos à assistência médica e medicamentosa retratam a comparticipação da instituição para com os serviços clínicos contratados no país e para aquisição de medicamentos.

Os encargos sociais agregam, ainda, a comparticipação para a previdência pública, no valor de 12.042 milhares de escudos, a contribuição para o reforço do fundo para tratamento de pessoal no exterior, cujo montante atinge 6.941 milhares de escudos, bem como a contribuição para o prémio de antiguidade, no montante de 2.405 milhares de escudos.

Integram, ainda, outros encargos sociais, no valor total de 1.550 milhares de escudos, representando abonos de família aos empregados do sistema de previdência interna, no valor de 926 milhares de escudos, os subsídios de funeral, no montante de 324 milhares de escudos e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de 300 milhares de escudos.

Por sua vez, os outros custos com pessoal abarcam os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de 14.031 milhares de escudos, com a gestão do Fundo Social, no valor de 24.290 milhares de escudos, dos quais, 17.067 milhares de escudos com a bonificação de taxas de juro de crédito aos empregados e outros custos relativos ao pessoal, de 2.094 milhares de escudos, relacionados com a melhoria das condições de salubridade dos locais de trabalho.

Nota 33 - “Fornecimento e serviços de terceiros”

No montante de 118.323 milhares de escudos agregam os custos com “Fornecimentos de terceiros”, no valor de 22.131 milhares de escudos e com “Serviços de terceiros”, de 96.192 milhares de escudos.

Os custos com “Fornecimento e serviços de terceiros” retratam custos suportados com as despesas correntes, com os serviços de auditoria externa às contas de 2009, de 5.185 milhares de escudos e com os serviços de consultoria e assistência de 16.816 milhares de escudos enquadrados no âmbito dos projectos estruturantes para o sistema financeiro, do quais a assistência jurídica à Auditoria Geral de Mercado de Valores Mobiliários, a revisão da legislação de mercados de capitais, a definição de uma nova arquitectura de redes do BCV, de entre outros.

Nota 34 - “Amortização do exercício”

Ascende a 45.384 milhares de escudos e releva a amortização dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis pelo método das quotas constantes, nos termos da Portaria 3/84 e da norma em vigor na instituição.

Nota 35 - “Imparidade de crédito líquida de reposições e anulações”

No valor de 4.441 milhares de escudos, retrata a recuperação do crédito de cobrança duvidosa.

Nota 36 - “Recuperação de crédito, juros e despesas”

Ascendem a 513 milhares de escudos e reflectem os juros auferidos na recuperação dos créditos em situação irregular.

Nota 37 - Contas extrapatrimoniais

Representam potenciais responsabilidades do Banco de Cabo Verde perante terceiros ou destes perante o BCV, conforme se espelha no quadro a seguir:

Quadro 77 - Contas Extra Patrimoniais

	em milhares de escudos	
	Débitos	Créditos
Garantias prestadas		2.500
Garantias recebidas	204.653	
Escrituras e hipotecas	201.653	
Diversos valores em penhora	3.000	
Depósitos de terceiros e guarda de valores		49.596.468
Estado		
Obrigações do Tesouro		
Bilhetes do Tesouro		
Titulos do CVDFT - Cabo Verde <i>Trust Fund</i>		
Promissórias do Estado a favor de Organismos Internacionais		
Depósitos em terceiros e guarda de valores	11.189	
Contas de regularização estrangeiro	14.932	15.323
Contas regularização BCA	269.611	181.561
Outras contas extrapatrimoniais		71.112.435
Contrapartida contas extrapatrimoniais	120.741.990	334.088
	121.242.375	121.242.375

Fonte: BCV

As garantias recebidas retratam garantias de crédito de natureza comercial, nomeadamente de escrituras, hipotecas e de valores em penhora.

Os depósitos de terceiros e guarda de valores representam potenciais responsabilidades para com o Estado, representadas por títulos da dívida pública, promissórias do Estado a favor de Organismos Internacionais e títulos de participação de capital e de rendimento do Cabo Verde *Trust Fund* - CVDTF. Englobam, ainda, depósitos de valores selados e diversos valores.

As contas de regularização BCA retratam valores a débito e a crédito, que possam constituir potenciais dívidas de terceiros ou eventuais responsabilidades do BCV para com terceiros, resultantes da desafecção do BCA, aquando da separação do BCV em 1993.

Por seu turno, as outras contas extra patrimoniais reflectem as relações do BCV, enquanto banco emissor. Abrangem a contabilização das notas e moedas prontas a emitir, das notas e moedas aguardando destruição, das notas inutilizadas, entre outras.